



Autovias

Grupo OHL

AUTOVIAS S/A

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Art. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;

Ribeirão Preto, 22 de Março de 2012

D E C L A R A Ç Ã O

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOVIAS S.A. companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 02.671.185/0001-38, com sede na Rodovia Anhanguera S/N Km 312,200, Bairro Jardim Jóquei Clube, CEP: 14.079-000, município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Ribeirão Preto, 22 de março de 2012.

Linomar Barros Deroldo
Diretor Presidente

Maria de Castro Michelin
Diretora Jurídica

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Rel com Investidores

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor

Marcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOVIAS S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 02.679.185/0001-38, com sede na Rodovia Anhanguera km 312,200, Bairro Jardim Joquei Clube, CEP: 14.079-000, município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Ribeirão Preto, 22 de março de 2012.

Linomar Barros Deroldo
Diretor Presidente

Maria de Castro Michelin
Diretora Jurídica

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Rel com Investidores

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor

Marcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Autovias S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referente ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2011 e Relatório
dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Autovias S.A.
Ribeirão Preto - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Autovias S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autovias S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 22 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour
Contador
CRC nº 1 SP 156465/O-9

AUTOVIAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	Nota explicativa	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	(6)	246.398	252.026	Empréstimos e financiamentos	(11)	1.470	3.276
Contas a receber	(7)	14.960	12.955	Debêntures	(12)	100.612	82.676
Contas a receber - partes relacionadas	(15)	41.426	26.313	Fornecedores		3.772	4.295
Estoques		859	794	Fornecedores - partes relacionadas	(15)	1.266	1.407
Despesas antecipadas		670	1.221	Obrigações sociais		2.518	2.459
Impostos a recuperar		4.658	3.929	Obrigações fiscais	(13)	13.170	10.402
Aplicações financeiras vinculadas	(12)	22.625	31.371	Outras contas a pagar		50	1.066
Outros créditos		32	381	Outros		150	-
Total dos ativos circulantes		<u>331.628</u>	<u>328.990</u>	Cauções contratuais de fornecedores	(14)	1.392	1.088
				Credores pela concessão	(16)	7.151	6.639
NÃO CIRCULANTES				Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(17.1)	-	1.163
Realizável a longo prazo:				Provisão para manutenção em rodovias	(17.2)	6.149	6.224
Aplicações financeiras vinculadas	(12)	-	53	Juros sobre capital próprio a pagar	(15)	2.191	-
Contas a receber - partes relacionadas	(15)	114.000	114.000	Dividendos propostos	(15)	9.544	8.361
Outros créditos		263	-	Total dos passivos circulantes		<u>149.435</u>	<u>129.056</u>
Despesas antecipadas		-	151				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8)	<u>26.803</u>	<u>20.251</u>	NÃO CIRCULANTES			
Total do realizável a longo prazo		<u>141.066</u>	<u>134.455</u>	Empréstimos e financiamentos	(11)	157	1.624
				Debêntures	(12)	352.966	434.376
Imobilizado	(9)	804	1.012	Credores pela concessão	(16)	31.338	34.277
Intangível	(10)	<u>283.856</u>	<u>314.789</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8)	556	840
Total dos ativos não circulantes		<u>425.726</u>	<u>450.256</u>	Outras contas a pagar		-	118
				Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(17.1)	566	-
				Provisão para manutenção em rodovias	(17.2)	40.057	28.811
				Provisão para investimentos em rodovias	(17.2)	2.005	2.061
				Total dos passivos não circulantes		<u>427.645</u>	<u>502.107</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(18)		
				Capital social subscrito		128.514	128.514
				Capital social a integralizar		<u>(10.859)</u>	<u>(10.859)</u>
				Capital social integralizado		117.655	117.655
				Reserva de capital		330	330
				Reservas de lucros		<u>62.289</u>	<u>30.098</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>180.274</u>	<u>148.083</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>757.354</u></u>	<u><u>779.246</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>757.354</u></u>	<u><u>779.246</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação que está expresso em reais)

	Nota explicativa	31.12.2011	31.12.2010
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS	(20)	252.136	229.038
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo dos serviços prestados		(113.658)	(102.745)
Custo dos serviços de construção		(5.096)	(4.327)
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(21)	<u>(118.754)</u>	<u>(107.072)</u>
LUCRO BRUTO		<u>133.382</u>	<u>121.966</u>
Despesas administrativas	(21)	(13.066)	(14.553)
Remuneração da Administração	(15)	(566)	(520)
Despesas tributárias		(323)	(219)
Outras receitas operacionais, líquidas		392	(31)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		<u>119.819</u>	<u>106.643</u>
Receitas financeiras	(22)	50.882	31.794
Despesas financeiras	(22)	<u>(74.155)</u>	<u>(57.615)</u>
		<u>(23.273)</u>	<u>(25.821)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>96.546</u>	<u>80.822</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(23)	(37.126)	(31.020)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(23)	6.836	5.342
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>66.256</u></u>	<u><u>55.144</u></u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	(24)	<u><u>0,58</u></u>	<u><u>0,48</u></u>

(*) Não há resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social			Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado		Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		128.514	(10.859)	117.655	330	7.390	16.153	-	-	141.528
Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	5	-	-	-	-	-	(21.668)	-	-	(21.668)
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009		128.514	(10.859)	117.655	330	7.390	(5.515)	-	-	119.860
Lucro líquido do exercício originalmente apresentad	5	-	-	-	-	-	-	-	54.280	54.280
Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	5	-	-	-	-	-	-	-	(5.122)	(5.122)
Lucro líquido do exercício ajustado		-	-	-	-	-	-	-	49.158	49.158
Destinações do lucro líquido:	19									
Reserva legal		-	-	-	-	2.714	-	-	(2.714)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	(2.918)	-	-	(2.918)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(9.410)	(9.410)
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	(3.481)	(3.481)
Lucros retidos		-	-	-	-	-	33.553	-	(33.553)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		128.514	(10.859)	117.655	330	10.104	25.120	-	-	153.209
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	55.144	55.144
Destinações do lucro líquido:	(18)									
Reserva legal		-	-	-	-	2.757	-	-	(2.757)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	(25.120)	-	(21.217)	(46.337)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(5.572)	(5.572)
Dividendos propostos	(18)	-	-	-	-	-	-	-	(8.361)	(8.361)
Dividendos adicionais propostos	(18)	-	-	-	-	-	-	17.237	(17.237)	-
Lucros retidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		128.514	(10.859)	117.655	330	12.861	-	17.237	-	148.083
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	66.256	66.256
Destinações do lucro líquido:	(18)									
Reserva legal		-	-	-	-	3.313	-	-	(3.313)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	(17.237)	-	(17.237)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(7.284)	(7.284)
Dividendos propostos	(18)	-	-	-	-	-	-	-	(9.544)	(9.544)
Dividendos adicionais propostos	(18)	-	-	-	-	-	-	46.115	(46.115)	-
Lucros retidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		128.514	(10.859)	117.655	330	16.174	-	46.115	-	180.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2011	31.12.2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	66.256	55.144
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.836)	(5.341)
Depreciação e amortização	35.532	35.896
Baixa de ativos imobilizados	824	223
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	3.761	5.946
Receitas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(17.766)	(13.911)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	289	14.110
Juros sobre debêntures	65.698	34.822
Juros e variações monetárias de aplicações financeiras	(3.076)	(1.385)
Juros sobre "leasing"	2	4
Aumento (redução) das provisões para riscos cíveis e trabalhistas	(597)	340
Outros	33	3
Provisão para manutenção em rodovias	10.535	3.583
Resultado financeiro com ajuste a valor presente	580	1.389
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Estoques	(65)	(69)
Contas a receber	(2.007)	(1.981)
Outros créditos	62	(21)
Impostos a recuperar	(48)	(3.013)
Despesas antecipadas	702	1.436
(Redução) Aumento nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(1.176)	996
Fornecedores - partes relacionadas	(141)	489
Cauções contratuais de fornecedores	304	(522)
Obrigações sociais	59	202
Obrigações fiscais	31.055	30.035
Imposto de renda e contribuição social pagos	(26.715)	(26.803)
Outras contas a pagar	(1.016)	(668)
Credores pela concessão	69	76
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	156.318	130.980
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(167)	(119)
Adições ao intangível	(4.396)	(3.446)
Aplicações financeiras	(99.208)	(55.181)
Resgate de aplicações financeiras	110.401	24.836
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	6.630	(33.910)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	-	217
Pagamentos do principal	(3.246)	(281.426)
Pagamento de juros	(303)	(17.355)
Debêntures:		
Captações	-	506.524
Pagamentos do principal	(72.937)	-
Pagamento de juros	(56.236)	(24.294)
Empréstimos de partes relacionadas:		
Pagamento de dividendos	(25.598)	(49.818)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(4.000)	(5.572)
Pagamento de credores pela concessão	(6.256)	(5.845)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(168.576)	122.431
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.628)	219.501
Saldo inicial	252.026	32.525
Saldo final	246.398	252.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
RECEITAS BRUTAS		
Receitas de pedágio	268.494	243.855
Receitas dos serviços de construção	5.096	4.327
Receitas acessórias	2.030	2.179
	<u>275.620</u>	<u>250.361</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
Custos de serviços prestados	(62.844)	(53.053)
Custos dos serviços de construção	(5.096)	(4.327)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.842)	(6.700)
Custo da concessão	(11.889)	(13.327)
Outros	597	(340)
	<u>(86.074)</u>	<u>(77.747)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>189.546</u>	<u>172.614</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	<u>(35.532)</u>	<u>(35.896)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE	<u>154.014</u>	<u>136.718</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	50.882	31.794
Outros	392	-
	<u>51.274</u>	<u>31.794</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>205.288</u>	<u>168.512</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal:		
Remuneração direta	7.753	8.059
Benefícios	2.854	2.374
FGTS	559	537
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	42.534	37.064
Estaduais	18	20
Municipais	13.488	12.249
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	68.033	50.249
Aluguéis	1.416	1.426
Outros	2.377	1.390
Remuneração de capitais próprios:		
Juros	7.284	5.572
Dividendos	9.544	8.361
Reserva de lucros	49.428	41.211
	<u>205.288</u>	<u>168.512</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autovias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, constituída em 23 de julho de 1998. Sua controladora e “holding” é Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). A Sociedade iniciou suas operações em 1º de setembro de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.646 de 18 de dezembro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o DER/SP. nº 18/CIC/97.

2. CONCESSÕES

O Contrato de Concessão e Exploração das Rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e, como contrapartida, o passivo na rubrica “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas de nº 10 e nº 16, respectivamente.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais já se encontram totalmente cumpridos até 31 de dezembro de 2006.

Obras

SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant’anna

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 2,80 e 48,35.
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre os km 48,35 e 77,00.

SP 318 - Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior

- Implantação de faixas adicionais do km 257,80 ao km 280,00.

SP 330 - Rodovia Anhanguera

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,20 km).

SP 334 - Rodovia Cândido Portinari

- Complementação da duplicação no trecho entre os km 322,00 e 337,00.
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 337,00 e 348,00.
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 358,00 e 395,50.

SP 345 - Rodovia Engenheiro Ronan Rocha

- Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre os km 10,00 e 36,00.
- Implantação de vias marginais entre os km 30,00 e 35,00, do lado direito, e entre os km 33,00 e 35,00, do lado esquerdo.

A Sociedade estima, na data-base de 31 de dezembro de 2011, investimentos nos montantes de R\$78.724 referentes a melhorias na infraestrutura e de R\$226.919 referentes a recuperações e manutenções, a valores correntes, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.2.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária ou por esta implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção, e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos na concessão.

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de junho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice de reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos e estabeleça estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material nos próximos períodos estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o melhor julgamento por parte da Administração da Sociedade, relacionado à probabilidade da ocorrência de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis- ICPC-01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional, conforme descrito na nota explicativa nº 2.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade limita o reconhecimento do efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado, que normalmente se dá em função da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando contrata serviços de construção, a concessionária deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, e aos custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra pelas empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida aos custos dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização na data do balanço, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9 limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

4.3. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Sociedade recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda, se houver. Por tratar-se de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo estimado (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) será reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros encargos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos, financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme as nota explicativa nº 16.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado nos passivos circulante e não circulante com base nas taxas médias de encargos financeiros da época em que as transações originaram-se.

A constituição do ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras” pelo transcorrer do prazo.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido é a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

No imposto de renda e na contribuição social diferidos passivos estão incluídos os efeitos dos ajustes a valor presente do direito de concessão e os referentes às mudanças de práticas contábeis conforme a nota explicativa nº 8.

4.8. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para riscos de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Essas provisões são atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. Os fundamentos e a natureza das provisões de riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 17.1.

4.9. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita oriunda das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objetos das concessões.

4.10. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros, variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente.

4.11. Ativos e passivos objeto de ajuste a valor presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente, levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2011, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada em base ao método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, descontada à taxa de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, uma vez que os fluxos das obrigações considerados pela Sociedade estão por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Credores pela concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada em base ao método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, descontada à taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco implícita no contrato de concessão na data inicial do contrato e deve ser adotada consistentemente até a realização das obrigações.

Os saldos reais e a valor presente na data do balanço estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<u>Circulante</u>		
Provisão para manutenção - real	6.355	6.391
Provisão para manutenção a valor presente	<u>6.149</u>	<u>6.224</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>206</u>	<u>167</u>
Credores para concessão - real	7.323	6.801
Credores para concessão a valor presente	<u>7.151</u>	<u>6.639</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>172</u>	<u>162</u>
<u>Não circulante</u>		
Provisão para investimentos em rodovias - real	2.900	2.900
Provisão para investimentos em rodovia a valor presente	<u>2.005</u>	<u>2.061</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>895</u>	<u>839</u>
Provisão para manutenção - real	49.341	34.571
Provisão para manutenção a valor presente	<u>40.057</u>	<u>28.811</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>9.284</u>	<u>5.760</u>
Credores para concessão - real	37.740	42.246
Credores para concessão a valor presente	<u>31.338</u>	<u>34.277</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>6.402</u>	<u>7.969</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

4.12. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada no término do exercício como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS EMITIDAS E AINDA NÃO APLICADAS

Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados e/ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A Sociedade implementará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação tornar-se obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras no momento de sua aplicação.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros Divulgações	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2011.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.	Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	Períodos anuais iniciados em ou em 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional.	Períodos anuais iniciados em ou em 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou em 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando este é exigido por outros pronunciamentos.	Períodos anuais iniciados em ou em 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas.	Períodos anuais iniciados em ou em 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R) Investimentos em Coligadas	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada.	Períodos anuais iniciados em ou em 1º de janeiro de 2013.
IAS 19 - Benefícios a Empregados	Benefícios a empregados.	Períodos anuais iniciados em ou em 1º de janeiro de 2013.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC” listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Sociedade em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações financeiras.

<u>Pronunciamento/Interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2011.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados em 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2011.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos e Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2010.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e bancos	1.655	2.048
Aplicações financeiras (*)	<u>244.743</u>	<u>249.978</u>
	<u>246.398</u>	<u>252.026</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data de aquisição.

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	5.999
Cotas de fundo de investimento	<u>244.743</u>	<u>243.979</u>
	<u>244.743</u>	<u>249.978</u>

7. CONTAS A RECEBER

Representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Pedágio eletrônico	14.290	12.307
Cupons de pedágio	602	582
Receitas acessórias	<u>68</u>	<u>66</u>
	<u>14.960</u>	<u>12.955</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com estes recebíveis. O prazo médio de vencimento das contas a receber é de 30 dias.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Ativo:		
Diferenças temporárias:		
Bases do ativo diferido:		
Provisão para riscos fiscais, cíveis e, trabalhistas	566	1.163
Direito de concessão incorporado (a)	-	1.129
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis:		
Provisão para manutenção de rodovias	46.206	35.035
Provisão para investimentos em rodovias	2.005	2.061
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	<u>30.055</u>	<u>20.175</u>
Base de cálculo	78.832	59.563
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo não circulante	<u>26.803</u>	<u>20.251</u>
Passivo:		
Bases do passivo diferido:		
Ajustes de "leasing" financeiro	110	143
Ajuste ao valor presente do registro da outorga (b)	<u>1.526</u>	<u>2.327</u>
Base de cálculo	1.636	2.470
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo não circulante	<u>556</u>	<u>840</u>

- (a) Refere-se a crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda, ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano.
- (b) O montante de R\$1.526 (R\$2.327 em 31 de dezembro de 2010), foi gerado por meio do ajuste ao valor presente do registro da outorga.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em estimativas de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos e débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

<u>Exercício a findar-se em</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
2012	295	83
2013	4.030	83
2014	4.453	83
2015	4.649	83
Acima de 2015	<u>13.376</u>	<u>224</u>
	<u>26.803</u>	<u>556</u>

9. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é como segue:

<u>Custo do imobilizado</u>	<u>Equipamento mobiliário</u>	<u>Instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01.01.2010	1.280	650	549	2.479
Adições	-	11	108	119
Transferências	-	3	(3)	-
Alienações/baixas	-	-	(293)	(293)
Saldo em 31.12.2010	<u>1.280</u>	<u>664</u>	<u>361</u>	<u>2.305</u>
Adições	64	24	79	167
Alienações/baixas	(22)	(30)	(135)	(187)
Saldo em 31.12.2011	<u>1.322</u>	<u>658</u>	<u>305</u>	<u>2.285</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 01.01.2010	(631)	(311)	(245)	(1.187)
Depreciação/amortização	(149)	(60)	(78)	(287)
Alienações/baixas	-	-	181	181
Saldo em 31.12.2010	<u>(780)</u>	<u>(371)</u>	<u>(142)</u>	<u>(1.293)</u>
Depreciação/amortização	(163)	(63)	(73)	(299)
Alienações/baixas	17	19	75	111
Saldo em 31.12.2011	<u>(926)</u>	<u>(415)</u>	<u>(140)</u>	<u>(1.481)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2010	500	293	219	1.012
Saldo em 31.12.2011	396	243	165	804
Taxas de depreciação	18%	11%	20%	

10. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue:

	Intangível em rodovia - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 01.01.2010	582.980	28.254	192	2.340	5.828	619.594
Adições	2.260	-	-	211	1.691	4.162
Transferências	415	-	-	-	(415)	-
Alienações/baixas	<u>(295)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(295)</u>
Saldo em 31.12.2010	585.360	28.254	192	2.551	7.104	623.461
Adições	2.044	-	-	74	2.930	5.048
Transferências	5789	-	-	-	(5.789)	-
Alienações/baixas	<u>(69)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(702)</u>	<u>(772)</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>593.124</u>	<u>28.254</u>	<u>192</u>	<u>2.624</u>	<u>3.543</u>	<u>627.737</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 01.01.2010	(255.798)	(15.746)	(104)	(1.599)	-	(273.247)
Amortização	(34.241)	(1.270)	(9)	(89)	-	(35.609)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienação/baixas	<u>184</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>184</u>
Saldo em 31.12.2010	(289.855)	(17.016)	(113)	(1.688)	-	(308.672)
Amortização	(33.860)	(1.263)	(9)	(101)	-	(35.233)
Alienações/baixas	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>(323.691)</u>	<u>(18.279)</u>	<u>(122)</u>	<u>(1.789)</u>	<u>-</u>	<u>(343.881)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2010	295.505	11.238	79	863	7.104	314.789
Saldo em 31.12.2011	269.433	9.975	70	835	3.543	283.856
Taxas de amortização	12,37%	12,37%	12,37%	12,37%	12,37%	

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário e ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 16.
- (c) Refere-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda.. Em exercícios anteriores, essa rubrica era denominada “Ágio incorporado”. Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, em 2009 a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para “Direito de Outorga”.

Os ativos intangíveis são amortizados com base na curva de tráfego projetada, dentro do prazo da concessão.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Representados por:

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>Taxa média ponderada % a.a.</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de obras (a)	TJLP + 3,3% a 5% a.a.		1.231	2.430
Financiamento de equipamentos (b)	TJLP + 3,3% a 3,95% a.a.		239	833
“Leasing” (c)	100% do CDI		-	13
Total passivo circulante			1.470	3.276
Passivo não circulante:				
Financiamento de obras (a)	TJLP + 3,3% a 5% a.a.	9,8%	-	1.229
Financiamento de equipamentos (b)	TJLP + 3,3% a 3,95% a.a.	9,8%	157	395
Total passivo não circulante			157	1.624
Total			<u>1.627</u>	<u>4.900</u>

Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

- (a) Recursos obtidos por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Automático) para financiamento de obras. Em 31 de dezembro de 2011, as garantias estão representadas por aval dos acionistas e notas promissórias; o vencimento final será 15 de março de 2015.
- (b) Recursos obtidos por meio do Finame/BNDES para financiamento de equipamentos, destacando-se principalmente a implantação do sistema de monitoramento e controle da operação do sistema rodoviário. Em 31 de dezembro de 2011, as garantias estão representadas por aval dos acionistas e nota promissória no montante de R\$8.134.
- (c) O saldo refere-se à operação de arrendamento mercantil - “leasing” - de equipamentos de informática.

Em 31 de dezembro de 2011, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo dos empréstimos e financiamentos apresentavam a seguinte composição:

2013	36
2014	29
Acima de 2014	<u>92</u>
	<u>157</u>

12. DEBÊNTURES

Em 15 de março de 2010, a Sociedade emitiu 405.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), sendo 285.000 debêntures da 1ª série com prazo de cinco anos e juros de CDI + 1,60% ao ano e 120.000 debêntures da 2ª série com prazo de sete anos, atualizadas monetariamente pelo IPCA, e com remuneração de 8% ao ano. Em 22 de novembro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures em série única no montante de 1.000 debêntures ao valor nominal unitário de R\$100.000 (cem mil reais), com prazo de cinco anos e remuneração de CDI + 1,70% ao ano, conforme tabela a seguir:

	Taxas contratuais (%)	Custo efetivo (%) (a)	Vencimentos até	Taxa média anual ponderada	31.12.2011		31.12.2010	
					Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª série	CDI + 1,6 a.a.	0,2662 a.a.	Março/2015	14%	68.294	150.890	68.647	217.945
2ª série	IPCA + 8 a.a.	0,1811 a.a.	Março/2017	14%	8.420	132.997	7.940	124.775
2ª emissão	CDI + 1,7 a.a.	0,0220 a.a.	Novembro/2015	14%	<u>24.849</u>	<u>70.590</u>	<u>7.249</u>	<u>94.118</u>
Total					101.563	354.477	83.836	436.838
Despesa de emissão					<u>(951)</u>	<u>(1.511)</u>	<u>(1.160)</u>	<u>(2.462)</u>
					<u>100.612</u>	<u>352.966</u>	<u>82.676</u>	<u>434.376</u>

Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

(a) As despesas incorridas na emissão das debêntures no montante de R\$2.266 e R\$1.296 para 1ª e 2ª séries, respectivamente, e de R\$797 para a 2ª emissão, estão sendo amortizadas pelo período de vigência das debêntures.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
1ª série	15.03.10	285.000	26.04.10	288.137
2ª série	15.03.10	120.000	27.04.10	121.900
2ª emissão	22.11.10	<u>100.000</u>	16.12.10	<u>100.846</u>
		<u>505.000</u>		<u>510.883</u>

A remuneração das debêntures da 1ª série da 1ª emissão é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro e a amortização iniciou-se em 15 de março de 2011. A remuneração das debêntures da 2ª série da 1ª emissão será paga anualmente todo dia 15 do mês de março e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão é paga trimestralmente todo dia 22 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro e será amortizada trimestralmente a partir de 22 de novembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

2013	89.877
2014	90.114
2015	93.081
2016	39.911
2017	<u>39.983</u>
	<u>352.966</u>

As debêntures da 1ª e 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivada na CVM.

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão da Sociedade. O percentual de penhor é reduzido, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão é reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento ("Sinking Fund"), conforme descrito a seguir:

Aplicações financeiras vinculadas ("Sinking Fund"): como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e das parcelas do principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que, ao final de cada período de juros ou de amortização de principal, o valor referente ao pagamento já esteja constituído. Esses recursos são mantidos em Fundo de Investimento constituído especificamente para esta finalidade. Em 31 de dezembro de 2011, o valor dessa aplicação é de R\$22.625 (R\$31.424 em 31 de dezembro de 2010).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, essas aplicações eram remuneradas entre 100,0% e 100,5% da variação do CDI.

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda	7.450	5.814
Contribuição social	2.764	2.155
IRRF	539	166
PIS	158	142
COFINS	728	657
Tributos federais retidos	223	257
ISS	<u>1.308</u>	<u>1.211</u>
Total	<u>13.170</u>	<u>10.402</u>

14. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que serão pagos após o término e a aprovação das obras pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estavam representados, respectivamente, por R\$1.392 e R\$1.088.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, aluguéis e mútuo para capital de giro.

Os saldos patrimoniais e as transações realizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Ativo circulante:		
Transações com partes relacionadas:		
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (1)	41.415	26.313
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	<u>11</u>	<u>-</u>
	<u>41.426</u>	<u>26.313</u>
Ativo não circulante:		
Transações com partes relacionadas		
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (1)	114.000	114.000
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:		
Fornecedores com partes relacionadas:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (2)	111	94
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (2)	180	138
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (2)	750	857
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (2)	218	318
Centrovias S.A.	<u>7</u>	<u>-</u>
	<u>1.266</u>	<u>1.407</u>
Dividendos propostos:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	9.544	8.361
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	2.191	-

Resultado	31.12.2011				31.12.2010			
	Serviços prestados em conservação de rotina	Serviços de manutenção	Receita financeira	Despesas de aluguel	Serviços prestados em conservação de rotina	Serviços de manutenção	Receita financeira	Despesas de aluguel
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (1)	-	-	17.766	359	-	-	13.911	356
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (2)	-	1.990	-	-	-	1.838	-	-
Saldo devedor em:								
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (2)	963	9.055	-	-	1.304	7.659	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (2)	-	<u>2.283</u>	-	-	<u>86</u>	<u>3.445</u>	-	-
Total	<u>963</u>	<u>13.328</u>	<u>17.766</u>	<u>359</u>	<u>1.390</u>	<u>12.942</u>	<u>13.911</u>	<u>356</u>

- (1) Esse empréstimo teve a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil) e é composto por quatro contratos de mútuo, cujas datas de liberação, valores e encargos estão demonstrados a seguir:

<u>Data da liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
22/08/2008	22/08/2012	CDI + 1,037% a.a.	40.000	55.193	49.830
18/09/2008	18/09/2012	CDI + 1,037% a.a.	48.000	65.670	59.288
04/12/2008	04/12/2012	CDI + 1,037% a.a.	3.000	4.001	3.613
17/12/2008	17/12/2012	CDI + 1,037% a.a.	<u>23.000</u>	<u>30.551</u>	<u>27.582</u>
Total			<u>114.000</u>	<u>155.415</u>	<u>140.313</u>

Os juros vencerão anualmente a partir de dezembro de 2012. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, após o vencimento dos juros a Administração analisará o vencimento do valor do principal.

- (2) Os saldos e transações, registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante no custo dos serviços prestados, respectivamente, são relativos às operações mercantis e referem-se aos serviços prestados em conservação de rotina e execução de obras nas rodovias.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade pagou os montantes de R\$566 e R\$520, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Conselheiros de Administração e da Diretoria, incluindo os respectivos encargos sociais, e estão registrados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. Os diretores não receberam renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados - PLR registrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” é de R\$700 e R\$821. As metas são como seguem:

- a) Dos participantes:

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

- b) Definição dos valores:

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

16. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998, sem considerar a extensão do prazo de concessão comentado na nota explicativa nº 2. O montante é reajustado pelas mesmas fórmulas e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Conforme comentado na nota explicativa nº 2, em 27 de junho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA, as demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e uma possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação ainda deve ser aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real (*)</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Direito de outorga	6.431	5.989	6.603	6.151
Parcela variável (a)	<u>720</u>	<u>650</u>	<u>720</u>	<u>650</u>
Total	<u>7.151</u>	<u>6.639</u>	<u>7.323</u>	<u>6.801</u>

(a) A parcela variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

<u>Não circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real (*)</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Direito de outorga	31.338	34.277	37.740	42.246

(*) Valores reais na data-base do período inserido somente como informação adicional.

A quantidade de parcelas a serem pagas em 31 de dezembro de 2011 está assim representada:

	<u>Parcelas</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo de parcelas	12	68	80

Em 31 de dezembro de 2011, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2013	6.660
2014	6.660
2015	6.660
Acima de 2015	<u>17.760</u>
Totais	<u>37.740</u>

Os valores pagos pela Sociedade no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 ao Poder Concedente estão assim representados:

<u>Valores pagos</u>	<u>Outorga</u>		
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	<u>Total</u>
2011	6.256	8.059	14.315
2010	5.845	7.305	13.150

17. PROVISÕES

17.1. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista. Esses processos estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. A movimentação dos montantes provisionados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31.12.2011</u>
Cíveis	900	1.367	(1.799)	468
Trabalhistas	<u>263</u>	<u>18</u>	<u>(183)</u>	<u>98</u>
Total	<u>1.163</u>	<u>1.385</u>	<u>(1.982)</u>	<u>566</u>

	<u>01.01.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31.12.2010</u>
Cíveis	631	270	(1)	900
Trabalhistas	<u>192</u>	<u>80</u>	<u>(9)</u>	<u>263</u>
Total	<u>823</u>	<u>350</u>	<u>(10)</u>	<u>1.163</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$3.067 e R\$208, respectivamente, em 31 de dezembro de 2011 (R\$4.096 e R\$1.503 em 31 de dezembro de 2010).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

17.2. Provisão para manutenção em rodovias

A provisão para manutenção nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a incorrer com manutenção, sendo considerados os valores da próxima intervenção, conforme descrito nas notas explicativas nº 2, nº 3 e nº 4.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção</u>	<u>Manutenção</u>	<u>Investimentos</u>
	<u>em rodovias</u>	<u>em rodovias</u>	<u>em rodovias</u>
Saldos em 01.01.2010	11.430	18.730	1.964
Adições	-	23.732	97
Utilizações	(18.857)	-	-
Transferências	<u>13.651</u>	<u>(13.651)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31.12.2010	6.224	28.811	2.061
Adições	-	32.880	99
Utilizações	(21.709)	-	(155)
Transferências	<u>21.634</u>	<u>(21.634)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31.12.2011	<u>6.149</u>	<u>40.057</u>	<u>2.005</u>

Os saldos anteriores estão apresentados a valor presente pela taxa de desconto de 6,35% ao ano. Os saldos de provisão para manutenção em rodovias e investimentos a valor real no encerramento do exercício correspondem a R\$49.341 e R\$2.900, em 31 de dezembro de 2011, e R\$40.962 e R\$2.900 em 31 de dezembro de 2010.

A Sociedade efetuou pagamentos referentes às manutenções realizadas no montante equivalente a R\$27.683 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O valor do capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é de R\$128.514, representado por 125.040.451 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.:		
Participação acionária	100%	100%
Quantidade de ações subscritas	125.040.451	125.040.451
Quantidade de ações integralizadas	114.181.880	114.181.880

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, é limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de imposto de renda.

Foram distribuídos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, dividendos no montante de R\$49.818, sendo R\$16.152 e R\$30.185 originários da conta de retenção de lucros e R\$3.481 da conta de dividendos provisionados.

Foram distribuídos, em 10 de junho de 2011, dividendos provisionados no exercício anterior no montante de R\$8.361 e dividendos creditados à conta de retenção de lucros no montante de R\$17.237.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade provisionou juros sobre capital próprio no montante de R\$6.191, líquido de R\$1.093, referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF.

O cálculo dos dividendos estatutários, em 31 de dezembro de 2011, está demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2011</u>
Lucro líquido do exercício	66.256
Reserva legal 5%	<u>(3.313)</u>
Base de cálculo	62.943
Percentual de dividendos mínimos obrigatórios	<u>25%</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>15.735</u>
Representados por:	
Juros sobre capital próprio	(6.191)
Dividendos obrigatórios	<u>(9.544)</u>
Dividendo por ação (R\$)	<u>0,08359</u>

19. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa, está demonstrada na nota explicativa nº 4.1.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Fornecedores de imobilizado/intangível	653	777
Cauções contratuais de fornecedores de imobilizado ou intangível	-	(116)

20. RECEITAS

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Representadas por:		
Receita de serviços prestados	268.494	243.855
Receita de serviços de construção	5.096	4.327
Receitas acessórias	<u>2.030</u>	<u>2.179</u>
	<u>275.620</u>	<u>250.361</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receita bruta	275.620	250.361
Abatimentos sobre receitas de pedágios:		
ISSQN	(13.474)	(12.239)
PIS	(1.783)	(1.618)
COFINS	<u>(8.227)</u>	<u>(7.466)</u>
Receita líquida	<u>252.136</u>	<u>229.038</u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Representados por:

<u>Custos dos serviços</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Com pessoal	6.509	5.867
Serviços de terceiros	13.428	12.840
Depreciação e amortização	35.233	35.572
Custos com Poder Concedente	8.128	7.380
Manutenção de bens e conservação	7.203	7.602
Custo dos serviços de construção	5.096	4.327
Serviços de manutenção em rodovias	37.757	28.570
Transportes	1.015	869
Consumo	1.310	1.381
Outros	<u>3.075</u>	<u>2.664</u>
Total	<u>118.754</u>	<u>107.072</u>

<u>Despesas administrativas</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Com pessoal	5.776	6.418
Serviços de terceiros	2.235	2.317
Depreciação e amortização	299	324
Manutenção de bens e conservação	117	97
Contingências	(597)	340
Seguros/garantias	2.669	2.675
Transporte	313	297
Consumo	1.200	1.211
Outros	<u>1.054</u>	<u>874</u>
Total	<u>13.066</u>	<u>14.553</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

Representado por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	27.821	17.841
Rendimentos sobre aplicações financeiras vinculadas	3.076	-
Rendimentos sobre mútuos	17.766	13.911
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	1.776	-
Outros	<u>443</u>	<u>42</u>
Total	<u>50.882</u>	<u>31.794</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre operações financeiras	66.176	48.936
Variação monetária sobre o direito da outorga	3.761	5.946
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	2.356	1.389
Outros	<u>1.862</u>	<u>1.344</u>
Total	<u>74.155</u>	<u>57.615</u>

23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	96.546	80.822
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	<u>(32.826)</u>	<u>(27.479)</u>
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	2.476	1.894
Reversão do Programa de Participação nos Resultados - PPR	163	30
Outros ajustes	<u>(103)</u>	<u>(123)</u>
Imposto de renda e contribuição social contabilizados	<u>(30.290)</u>	<u>(25.678)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(37.126)	(31.020)
Diferidos	<u>6.836</u>	<u>5.342</u>
	<u>(30.290)</u>	<u>(25.678)</u>

24. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro líquido do exercício	66.256	55.144
Número de ações durante o exercício	<u>114.181.880</u>	<u>114.181.880</u>
Lucro por ação - básico - R\$	<u>0.58026</u>	<u>0.48294</u>

<u>Diluído</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	66.256	55.144
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	<u>114.181.880</u>	<u>114.181.880</u>
Lucro por ação - diluído - R\$	<u>0,58026</u>	<u>0,48294</u>

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

25.1. Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

25.2. Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, como segue:

- Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.
- Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.
- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

<u>Ativos</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Empréstimos e recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.655	252.026
Aplicações financeiras	244.743	-
Aplicações financeiras vinculadas	22.625	31.424
Contas a receber de clientes	14.960	12.955
Partes relacionadas	155.426	140.313
Outras contas a receber	296	381
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<u>Passivos</u>	<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>	<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>
Fornecedores	3.772	4.295
Empréstimos e financiamentos	1.627	4.900
Debêntures	453.578	517.052
Credores pela concessão	38.489	40.916
Partes relacionadas	1.266	1.407
Outras contas a pagar	1.442	2.154

25.3. Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI (1)	9,50%	11,88%	14,25%
Juros a incorrer (2)	(32.476)	(39.078)	(41.702)
Receita de aplicações financeiras	26.035	32.544	39.053
Receita de mútuo	14.764	18.455	22.147
TJLP (1)	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer (2)	(77)	(87)	(81)
IPCA (1)	5,35%	6,69%	8,03%
Juros a incorrer (2)	(20.061)	(22.244)	(22.596)
Juros a incorrer, líquidos	(11.815)	(10.410)	(3.179)

- (1) Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN de 31.12.2011
- (2) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelas IFRSs, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Advém da possibilidade da Sociedade não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$14.290 e R\$12.307, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação de contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

Gerenciado pela controladora, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de caixa no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

	Taxa de juros e atualização (média ponderada) efetiva % a.a.		2012	2013	2014	2015	2015	Total
							em diante	
Debêntures	14,1		137.080	144.831	149.588	113.793	141.045	686.337
BNDES automático	9,6		1.266	-	-	-	-	1.266
Finame	10,8		265	54	42	39	72	472
Credores pela concessão	5,6		<u>6.894</u>	<u>7.284</u>	<u>7.705</u>	<u>8.150</u>	<u>24.092</u>	<u>54.125</u>
			<u>145.505</u>	<u>152.169</u>	<u>157.335</u>	<u>121.982</u>	<u>165.209</u>	<u>742.200</u>

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2011, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais e perda de receita	165.000
	Responsabilidade civil - geral	15.100
	Responsabilidade civil - obras de ampliação	5.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	86.633

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2012.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOVIAS S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autovias S.A. as submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Companhia iniciou suas operações em 01 de Setembro de 1998 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pela SP-255 Rod. Antônio Machado Sant'anna (Ribeirão Preto - Entroncamento com a SP 328 - Anel Viário de Ribeirão Preto e Araraquara - Entroncamento com a SP 310) e SP-318 Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior ((acesso a São Carlos e Rincão – Entroncamento com a SP 255), SP-345 Rodovia Engenheiro Ronan Rocha (Franca - Entroncamento com a SP 334 e Itirapuã), SP 330 Rodovia Anhanguera (Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto – entroncamento com a SP334) e SP 334 Rodovia Cândido Portinari (Ribeirão Preto - Entroncamento com a Via Anhanguera e Franca) compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação; e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:





Autovias

Grupo OHL

Nome Praça	Localização	Tarifa(R\$)
São Simão	SP 330 / Km 281	5,60
Batatais	SP 334 / Km 344	7,10
Guataporá	SP 255 / Km 45,5	11,00
Restinga	SP 334 / Km 374,5	7,10
Santa Rita Passa Quatro	SP 330 / Km 253	5,60

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de junho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA , a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice de reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

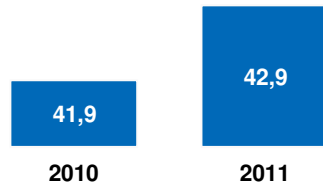
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 42,9 milhões veículos equivalentes em 2011, 2,6 % superior quando comparado ao exercício anterior. Este crescimento foi ocasionado aumento do número da frota na região. Adicionalmente, o tráfego de veículos pesados acompanhou o desempenho da atividade econômica na região, apresentando retração nos últimos meses do ano. A composição do trafego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2011 foi de 63% de veículos pesados e 37% de veículos leves.

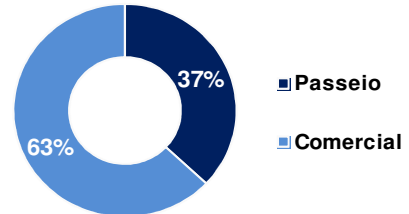


Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (milhões)



Composição do Tráfego 2011

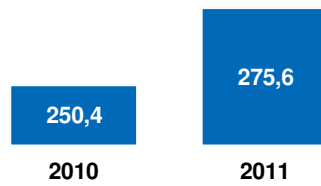


Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 275,6 milhões em 2011, com crescimento de 10,1% em relação aos R\$ 250,4 milhões registrados em 2010.

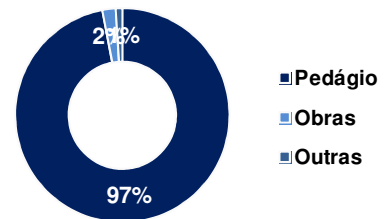
Receita Bruta

(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta

Ano 2011



A receita de pedágio cresceu 10,1%, passando de R\$ 243,9 milhões em 2010 para R\$ 268,5 milhões em 2011. A principal razão desse aumento foi o reajuste de 9,77% da tarifa básica praticada, com base no IGP-M acumulado entre os meses de junho de 2010 e maio de 2011, conforme previsto no Contrato de Concessão.

Já a receita de obras reconhecida de acordo com a aplicação da Interpretação Técnica ICPC01 (Contratos de Concessão) provenientes da realização de investimentos no intangível, registrou acréscimo de R\$ 0,8 milhão, passando de R\$ 4,3 milhões em 2010 para R\$ 5,1 milhões em 2011.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 2,0 milhões (-6,8%) em 2011.

No ano de 2011, a Companhia obteve receita líquida de R\$ 252,1 milhões, R\$ 23,1 milhões superior ao ano de 2010.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2011	2010	Var.
Custo dos serviços de construção	(5,1)	(4,3)	18,6%
Serviços de terceiros	(15,7)	(15,2)	3,3%
Pessoal	(12,3)	(12,3)	0,0%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(37,8)	(28,6)	32,2%
Conservação	(7,3)	(7,7)	-5,2%
Custos com poder concedente	(8,1)	(7,4)	9,5%
Seguros e garantias	(2,7)	(2,7)	0,0%
Remuneração da Administração	(0,6)	(0,5)	20,0%
Consumo	(2,5)	(2,6)	-3,8%
Outros	(4,7)	(5,2)	-9,6%
Custos e despesas	(96,8)	(86,5)	11,9%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram aumento de 11,9% em 2011 em comparação ao exercício de 2010. Este aumento de R\$ 10,3 milhões foi ocasionado, principalmente, pelos seguintes fatores:



- Aumento de R\$ 9,2 milhões em “Provisão p/ manutenção em rodovias” em razão da expectativa de manutenção, segundo os contratos de concessão. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores;
- Aumento do custo com o ônus variável decorrente da evolução da receita; e
- Aumento dos custos com serviços de terceiros em função dos reajustes contratuais.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2011	2010	Var.
Receita líquida	252,0	229,0	10,0%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(96,8)	(86,5)	11,9%
EBITDA	155,2	142,5	8,9%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	37,8	28,6	32,2%
EBITDA Ajustado	193,0	171,1	12,8%

EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2011 em R\$ 193 milhões, com um aumento de 12,8% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi gerado pelo reajuste tarifário com reflexo direto na receita da Companhia.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2011	2010	Var.
Receitas Financeiras	50,9	31,8	60,1%
Despesas Financeiras	(74,1)	(57,6)	28,6%
Resultado Financeiro Líquido	(23,2)	(25,8)	-10,1%

O resultado financeiro líquido de 2011 foi negativo em R\$ 23,2 milhões, 10,1% menor em relação ao ano de 2010. Os fatores que influenciaram esse resultado foram:

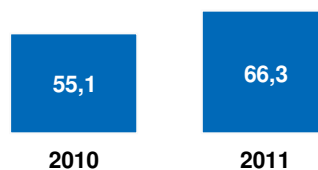
- Aumento de 1,7 milhões de receitas com aplicações financeiras devido ao aumento da taxa de CDI, somados ao acréscimo do saldo de aplicações financeiras.;
- Decréscimo de R\$ 2,2 milhões na despesa com a atualização monetária do ônus fixo provocado pela variação do IGP-M em 2011, que apresentou deflação nos meses de junho, julho e dezembro e
- Aumento de R\$ 3,9 milhões das receitas financeiras com atualizações de mútuos devido ao aumento do CDI.

Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2011 com lucro líquido de R\$ 66,3 milhões, com acréscimo de 20,2% em comparação ao exercício de 2010. Conforme mencionado anteriormente, os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram: (i) o reajuste tarifário contratual, (ii) o aumento no tráfego de veículos pedagiados.

Lucro Líquido

(R\$ milhões)



Endividamento

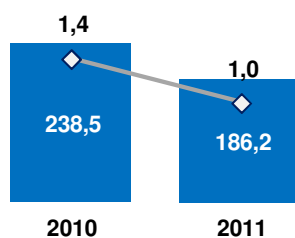
R\$ milhões	31/12/2011	31/12/2010	Var.
Dívida Bruta	455,2	522,0	-12,8%
Curto Prazo	102,1	86,0	18,7%
Longo Prazo	353,1	436,0	-19,0%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(269,0)	(283,5)	-5,1%
Dívida Líquida	186,2	238,5	-21,9%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento bruto totalizava R\$ 455,2 milhões, apresentando queda de R\$ 66,8 milhões (-12,6%) em relação ao ano anterior. A redução da dívida resulta da amortização das parcelas de financiamentos e debêntures durante o período.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2011 em R\$ 186,2 milhões, apresentando redução de R\$ 52,3 milhões em relação ao montante de R\$ 238,5 milhões registrado no encerramento do exercício de 2010. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado – Ônus Fixo (últimos 12 meses), ficou em 1,0x.

Dívida Líquida e Grau de Alavancagem



DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o ano de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de juros sobre o capital próprio, que são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio segue abaixo representada:

Propostos em Dinheiro	Deliberado em	Pagamento em	Valor
Dividendos	27/04/2011	10/06/2011	R\$ 25,6 milhões
Juros sobre Capital Proprio	11/07/2011	30/11/2011	R\$ 1,9 milhões
Juros sobre Capital Proprio	29/07/2011	30/11/2011	R\$ 2,1 milhões

INVESTIMENTOS

No exercício de 2011, a Autovias destinou R\$ 4,6 milhões para investimentos em sistemas de controle de tráfego e arrecadação.

A Companhia desembolsou ainda R\$ 27,7 milhões com obras e serviços de manutenção da rodovia em 2011. Os recursos foram direcionados para a manutenção de pavimento, sinalização e recuperação de obras de arte especiais e correntes.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2011	2010
Empregos diretos	205	193
Índice de rotatividade	6,68%	1,53%

No que concerne a diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de homens, 67% de homens, contra 33% de mulheres. A média de idade está concentrada em 38 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo (Antigo Segundo Grau), com 80,3% dos profissionais, vale lembrar que 18,48% possuem superior completo.

Ao longo de 2011, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 3.793,5 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 19,16 horas de treinamento por profissional.



Autovias

Grupo OHL

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Autovias estabeleceu como um dos seus compromissos o desenvolvimento de relacionamento com as comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados a educação, segurança, saúde, cultura e meio ambiente .

O principal projeto é o **Projeto Escola** Autovias – implantado em 2008 na Autovias, atualmente abrangendo 32.268 alunos e 1.655 professores e educadores de 81 escolas públicas, em 8 municípios situados ao longo das rodovias que administra, tem como proposta “Educar para Humanizar o Trânsito”.

Além de práticas e suporte pedagógico aos alunos e educadores das escolas acompanhadas, também desenvolve programas educativos e de segurança voltados aos usuários da rodovia, são eles:

- Programa “**Viva Motociclista**”:

Com o objetivo de conscientizar os motociclistas por meio de ações preventivas e educativas de segurança. Itens como o freio, pneus, luzes, caixa de direção, transmissão, suspensão e amortecedores fazem parte da checagem gratuita pelos mecânicos de concessionária de moto parceira nas edições das campanhas.

Para os motociclistas passam por um check up através da equipe de Atendimento Pré-Hospitalar onde fazem a aferição da pressão arterial e verificação do IMC – Índice de Massa Corpórea. Além disso, os participantes recebem adesivos refletivos da 3M para serem colados na moto e no capacete, antenas contra cerol e um folheto com orientações sobre direção defensiva e dicas práticas de segurança.

- Programa “**Viva Ciclista**”:

O objetivo é promover ações educativas de segurança para o ciclista, especialmente nas rodovias. Para isso, eles são abordados por colaboradores das concessionárias e policiais rodoviários, que dão orientações e dicas práticas sobre segurança no trânsito. Os ciclistas são convidados a responder um questionário para diagnosticar o perfil dos usuários. Também são distribuídos adesivos refletivos e antenas contra cerol, que são fixados nas bicicletas.

- Programa “**Passarela Viva**”:

Promove ações educativas e de conscientização sobre travessia segura da rodovia.

A campanha, realizada nas passarelas das concessionárias, tem como proposta sensibilizar, conscientizar e incentivar o público e distribuir folhetos sobre o uso correto da passarela.



Autovias

Grupo OHL

Os pedestres são orientados por colaboradores da concessionária sobre como usar corretamente a passarela e a calçada construída na faixa de domínio, exclusivamente para pedestres.

Saúde

Buscando um constante aprimoramento em seus procedimentos na área de segurança viária a Autovias vem concebendo vários projetos permanentes, como o “**Viva Saúde**” que tem como objetivo identificar fatores de risco que podem causar acidentes de trânsito, estimulando mudanças de hábito e atitudes dos caminhoneiros nas rodovias, contribuindo para a redução do índice de vítimas e mortes, priorizando e valorizando a segurança pelo programa.

Cultura

Em 2011, a Companhia também apoiou diversos projetos culturais com base nas leis de incentivos fiscais (Lei Rouanet). Esses projetos tiveram como foco a promoção da cultura nas área onde a Companhia atua.

Esporte

Em 2011, a Companhia também apoiou projetos esportivos, com base nas leis de incentivos fiscais (Lei nº. 11.438/2006), e projetos municipais. O principal projeto para o qual foi destinado recursos em 2011 foi: Associação Marcos Mercadante de Judô “Kimono de Ouro” Ribeirão Preto/SP.

Ambiental

Seja por meio de apoio a projetos desenvolvidos nas regiões onde está presente, a Autovias em 2011 desenvolveu várias ações de caráter educativo e de conscientização, tanto de seus funcionários como da população dos municípios inseridos na área de concessão. Cabe destacar o plantio de plantas e árvores nativas e exóticas em diversos municípios abrangidos pela concessionária para minimizar os impactos ambientais, bem como estudo de monitoramento de fauna em todo o trecho.

AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n.º 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM n.º 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Diretoria

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Conselho de Administração

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho

Presidente

Juan Luís Osuna Gómez

Conselheiro

Felipe Ezquerria Plasencia

Conselheiro

